



27(2):77-87
jul./dez. 2002

GEOFILOSOFIA, EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DO CONCEITO

Michael Peters

RESUMO – *Geofilosofia, educação e pedagogia do conceito.* Desenvolvo, neste breve ensaio, as possíveis conexões entre a geofilosofia e a pedagogia do conceito, concebida como uma perspectiva crítica de filosofia da educação. A filosofia, nessa visão, é um construtivismo, que tem dois aspectos complementares: a criação de conceitos e o traçado de um plano. O plano de imanência é como o horizonte dos acontecimentos, enquanto o conceito é o evento. A filosofia é, de forma singular, uma prática de criação de conceito, e a pedagogia do conceito, de acordo com Deleuze e Guattari, “teria que analisar as condições de criação como fatores de momentos sempre singulares” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 12).

Palavras-chave: *geofilosofia, Deleuze, Guattari, pedagogia do conceito.*

ABSTRACT – *Geophilosophy, education and the pedagogy of the concept.* This short paper elaborates the possible connections between geophilosophy and the pedagogy of the concept as a critical approach to philosophy of education. Philosophy, in this view, is a constructivism, which has two complementary aspects: the creation of concepts and the laying out of a plane. The plane of immanence is like the horizon of events, where the concept is the event. Philosophy is uniquely a practice of concept creation, and the pedagogy of the concept, according to Deleuze and Guattari, “would have to analyze the conditions of creation as factors of always singular moments” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 12).

Keywords: *geophilosophy, Deleuze, Guattari, pedagogy of the concept.*

Se as três idades do conceito são a enciclopédia, a pedagogia e a formação comercial, só a segunda pode nos impedir de cair, dos picos do primeiro, no desastre absoluto do terceiro, desastre absoluto para o pensamento, quaisquer que sejam, bem entendido, os benefícios sociais do ponto de vista do capitalismo universal (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 21).

Introdução

Desenvolvo, neste breve artigo, as possíveis conexões entre a geofilosofia e uma pedagogia do conceito, tendo em vista uma abordagem crítica da filosofia da educação. Deleuze e Guattari definem a filosofia como *criação de conceito*, uma concepção que compreende a filosofia em termos de uma *geografia da razão*, começando com a pura sociabilidade estabelecida como um meio de imanência pelos gregos. Eles discutem o princípio do território em sua relação com a filosofia.

Embora não se possa dizer que o capitalismo inicial na Europa tenha sido uma continuação da cidade-estado grega, o vínculo da filosofia moderna com o capitalismo é da mesma espécie que o vínculo da filosofia antiga com a Grécia. Este artigo, ao se concentrar no conceito de geofilosofia, utiliza o trabalho de Deleuze para compreender a educação no contexto da economia da chamada “sociedade do conhecimento” e vincula-se a outras análises que tenho desenvolvido em torno da temática do pós-estruturalismo e do marxismo (Peters, 2001a, 2002, 2003), particularmente à análise da educação em “sociedades de controle” (Peters, 2001b). Para isso, desenvolvo uma espécie de *explication de texte* do livro *O que é a filosofia?* (Deleuze e Guattari, 1997c), especialmente da seção sobre geofilosofia, relacionando-o ao contexto mais geral do discurso deleuzo-guattariano. Nesse sentido, o artigo se parece mais com uma série de notas que objetiva explorar a complexidade do arquivo deleuzo-guattariano – pontos de transição, mudanças conceituais, sutilezas e usos extra-textuais, tomando a “geofilosofia” como o conceito e o texto a serem explicados. O número de páginas nas quais eles desenvolvem esse conceito não passa de vinte e oito. Elas são, entretanto, de uma condensação tal que podem servir como uma clareira ou um ponto de entrada para o restante da obra de Deleuze e Guattari.

A filosofia como criação de conceito

Em seu último livro conjunto, Deleuze e Guattari cartografam a geografia da razão pura. Partindo das sugestões de Kant e Nietzsche, e voltando aos pré-socráticos, Deleuze e Guattari, formulam a questão: *O que é a filosofia?* – uma questão que designa tanto o título do livro quanto o tema de sua investigação. Em uma espécie de construtivismo inspirado, em parte, pelo vitalismo de Bergson

e pelo antiplatonismo de Nietzsche, eles definem a filosofia como *criação de conceitos* ou como conhecimento por meio de puros conceitos. A resposta geral que eles dão pode não ser inteiramente surpreendente. Inicialmente, ela parece ter um parentesco espiritual com a atividade da filosofia enquanto clarificação de conceitos, tal como foi primeiramente definida pela tradição que remonta a Locke e depois rejuvenescida, de forma diferente, pela filosofia lingüística, especialmente em seu foco na análise da linguagem cotidiana. Mas qualquer semelhança é totalmente enganadora. Contra o conservadorismo, o apoliticismo e o a-historicismo da filosofia analítica, Deleuze e Guattari desenvolvem, começando com os gregos, uma geografia da filosofia: uma história da geofilosofia. Em vez de uma história, entretanto, eles conceitualizam a filosofia, em termos espaciais, como uma *geofilosofia*. Tal concepção complica, imediatamente, a questão da filosofia: ao ser vinculada a uma geografia e a uma história – uma espécie de especificidade espacial – a filosofia não pode escapar de sua relação com a Cidade e o Estado. Em suas formas moderna e pós-moderna, ela não pode evitar um vínculo com o capitalismo industrial e da sociedade do conhecimento.

Dizer que a filosofia é criação de conceitos implica falar em *personagens conceituais*, que exercem um importante papel em sua definição: “O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 13). A noção de *amigo* revela a origem grega da filosofia; o amigo como aquele que busca a sabedoria, “uma categoria viva, um vivido transcendental”, que se torna “uma condição de possibilidade do próprio pensamento” (Idem, p. 11). O amigo ou o amante da sabedoria é exemplificado pela rivalidade entre homens livres, “um atletismo generalizado” (Ibidem, p. 12), institucionalizado na dialética e na *agon*. Os personagens conceituais são variados e abertos e, exercem, em sua diversidade, um papel na transformação da filosofia. “*Os personagens conceituais têm este papel, manifestar os territórios, desterritorializações e desterritorializações absolutas do pensamento*” (Ibidem, p. 92, grifo no original). Os conceitos são criados, inventados, fabricados. Eles são também assinados: “substância de Aristóteles, *cogito* de Descartes, mônada de Leibniz, condição de Kant, potência de Schelling, duração de Bergson” (Ibidem, p. 16). Alguns conceitos exigem uma “uma palavra extraordinária, às vezes bárbara ou chocante” (Ibidem, p. 16), enquanto outros exigem um arcaísmo ou um neologismo que ajuda a criar uma linguagem filosófica (um vocabulário ou uma sintaxe). Deleuze e Guattari enfatizam as dimensões temporais e espaciais da filosofia como criação de conceitos:

Ora, apesar de datados, assinados e batizados, os conceitos têm sua maneira de não morrer; e todavia são submetidos a exigências de renovação, de substituição, de mutação, que dão à filosofia uma história e também uma geografia agitadas, das quais cada momento, cada lugar, se conservam, mas no tempo, e passam, mas fora do tempo (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 16).

Sobre o conceito de “conceitos”, Deleuze e Guattari sugerem que os conceitos são todos compostos (não existem conceitos simples). Eles existem em relação a outros conceitos no mesmo plano. Todo conceito tem uma história e um devir. Eles não são criados “a não ser em função de problemas que se consideram mal vistos ou mal colocados (pedagogia do conceito)” (Idem, p. 28) e, contudo, eles não são discursivos (não ligam proposições), mas incorporais, no sentido de que não têm coordenadas espaço-temporais. Eles dizem o evento como uma singularidade.

A filosofia é, pois, um construtivismo, tendo dois aspectos complementares: a criação de conceitos e o traçado de um plano. O plano de imanência é como o horizonte dos eventos, no qual o conceito é o evento; ele “assegura o ajuste dos conceitos, com conexões sempre crescentes” (Ibidem, p. 53). O plano de imanência constitui o solo absoluto da filosofia – “o plano pré-filosófico” ou a imagem do pensamento que serve de crivo para o caos. A filosofia não é contemplação, reflexão ou comunicação (Ibidem, p. 14) – três universais que correspondem às três eras filosóficas: a Eidética, a Crítica e a Fenomenologia (Ibidem, p. 65)

A filosofia é unicamente uma prática de criação de conceitos e uma pedagogia do conceito que “deveria analisar as condições de criação como fatores de momentos que permanecem singulares” (Ibidem, p. 21). Ela deve ser distinguida da ciência (ligada aos functivos), da lógica (prospectos) e da arte (perceptos ou afectos), embora cada uma, de acordo com seu diferente modo, trace planos sobre o caos:

(...) os três planos são tão irreduzíveis quanto seus elementos: plano de imanência da filosofia, plano de composição da arte, plano de referência ou de coordenação da ciência; forma do conceito, força da sensação, função do conhecimento; conceitos e personagens conceituais, sensações e figuras estéticas, funções e observadores parciais (Ibidem, p. 277, grifo no original).

Deleuze e Guattari indicam que os conceitos são singularidades que agem sobre os fluxos do pensamento cotidiano. Deleuze (1992, p. 46) escreve: “um conceito é cheio de uma força crítica, política e de liberdade. É justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos”.

Geofilosofia

*Imagine que a filosofia seja um emigrado chegado entre os gregos; ocorre assim com os Pré-Platônicos. São de alguma maneira estrangeiros despatriados. (Friedrich Nietzsche, *La naissance de la philosophie*, p. 131, citado por Deleuze e Guattari, 1997c, p. 115, nota 3)*

Deleuze e Guattari desenvolveram, em vários livros, uma nova linguagem crítica para analisar o pensamento como fluxo ou movimento através do espaço. O pensamento não ocorre no domínio entre o sujeito e o objeto; em vez disso, ele ocorre “na relação entre o território e a terra”, e a “terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco*, pelo qual ultrapassa todo território” (Idem, p. 113).

Dizemeles:

São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). Não se pode dizer qual é o primeiro. Pergunta-se em que sentido a Grécia é o território do filósofo ou a terra da filosofia (Ibidem, p. 113).

A filosofia é grega, embora essa conexão seja contingente. Foi necessário um século para que o nome *filósofo* (inventado por Heráclito) encontrasse sua conexão com a filosofia (inventada por Platão), numa jornada que estranhos das margens do mundo grego – Ásia, Itália e África – fizeram às cidades-estado. Deleuze e Guattari (1997c) escrevem:

O que é que estes emigrados encontram no meio grego? Três coisas ao menos, que são as condições de fato da filosofia: uma pura sociabilidade como meio de imanência, “natureza intrínseca da associação”, que se opõe à soberania imperial, e que não implica nenhum interesse prévio, já que os interesses rivais, ao contrário, a supõem; um certo prazer de se associar, que constitui a amizade, mas também de romper a associação, que constitui a rivalidade (não havia já “sociedades de amigos” formadas pelos emigrados, tais como os Pitagóricos, mas sociedades ainda um pouco secretas, que encontrariam sua abertura na Grécia?); um gosto pela opinião, inconcebível num império, um gosto pela troca de opiniões, pela conversação (Idem, p. 115-116).

Eles se referem a Jean-Pierre Faye e para os propósitos dessa *explication de texte* é importante reportar-se à sua citação:

(...) a filosofia pré-socrática nasce e cresce “na borda da área helênica tal como a colonização tinha conseguido defini-la por volta do fim do século VII e do início do século VI, e precisamente lá onde os gregos enfrentaram, em relação de comércio e de guerra, os reinos e os impérios do Oriente”, depois ganha “o extremo oeste, as colônias da Sicília e da Itália, graças a migrações provocadas pelas invasões iranianas e as revoluções políticas (Ibidem, p. 115, nota 3).

Cidades e Estados são, pois, territoriais, mas como argumentam Deleuze e Guattari, “o *Spatium imperiale* do Estado e a *extensio política* da cidade” são, antes, uma desterritorialização, que ocorre quando o “Estado se apropria do território dos grupos locais, ou então quando a cidade ignora sua hinterlândia” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 114).

À questão de saber “por que a filosofia na Grécia naquele momento?”, Deleuze e Guattari respondem: “A filosofia é uma geofilosofia, exatamente como a história é uma geo-história, do ponto de vista de Braudel... A geografia arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência” (Idem, p. 125). Ela também a arranca tanto do “culto das origens, para fazer valer a potência de um ‘meio’”, quanto “das estruturas, para traçar as linhas de fuga” (Ibidem).

Embora não possamos afirmar que o capitalismo inicial na Europa tenha sido uma continuação da cidade grega, o vínculo da filosofia moderna com o capitalismo é do mesmo tipo que o da filosofia antiga com a Grécia: “*a conexão de um plano de imanência absoluto com um meio social relativo que procede também por imanência*” (Ibidem, p. 128, grifo no original). O capitalismo da Idade Média, baseado nas cidades, leva a Europa a uma desterritorialização relativa que “*estende e propaga seus focos de imanência*” (Ibidem, p. 127, grifo no original).

Deleuze e Guattari (1997c) argumentam:

(...) a imensa desterritorialização relativa do capitalismo mundial precisa se reterritorializar sobre o Estado nacional moderno, que culmina na democracia, nova sociedade de “irmãos”, versão capitalista da sociedade dos amigos (p. 128).

Entretanto essas conexões – a da filosofia antiga com a cidade grega e a da filosofia moderna com o capitalismo – não são ideológicas, embora elas tenham tido uma leitura ideológica. Deleuze e Guattari desconfiam, em particular, daquela perspectiva de filosofia que pretende emular uma espécie de “imperialismo democrático” (Idem, p. 127), uma visão na qual a filosofia é vista como “um comércio agradável do espírito” (Ibidem, p. 129) e na qual o conceito tem um valor de troca. Essa perspectiva leva a uma noção da filosofia como “uma sociabilidade desinteressada, nutrida pela conversação democrática ocidental, capaz de engendrar um consenso de opinião, e de fornecer uma ética para a comunicação” (Ibidem, p. 129) – uma referência não muito velada a Habermas. No entanto, “a idéia de uma conversação democrática entre amigos não produziu nunca o menor conceito” (Ibidem, p. 14). Foi sob essa espécie de “imperialismo democrático”, no Ocidente, que o *marketing* se apropriou do conceito.

Um *excursus*: o princípio do território e a geografia da razão

O par conceitual “territorialização/desterritorialização” tem uma história específica no discurso deleuzo-guattariano. Ele tem sua origem, tal como o próprio conceito de “esquizofrenia”, na psicanálise lacaniana, e serve “como uma espé-

cie de termo-dobração para conectar Marx e Freud, para articular os conceitos de libido e força-de-trabalho” (Holland, 1991). Ronald Bogue (1997, p. 466) traça a seguinte genealogia dos conceitos de territorialização e desterritorialização: já em 1966, Guattari fazia uso desses conceitos em discussões sobre psicologia de grupo, falando da identificação das massas com um líder carismático como “uma territorialização imaginária, uma corporalização de grupo fantasmática que encarna a subjetividade”, e do capitalismo como uma força que “decodifica”, “desterritorializa”, de acordo com sua *tendência*. O esforço de Guattari, aqui, é o de estender para o domínio do social o uso essencialmente psicológico que Lacan fazia do termo “territorialização”, isto é, como um processo pelo qual o cuidado paterno e materno investe a libido da criança em regiões específicas do corpo, com a “perversidade polimórfica” inicial e livre do bebê, dando lugar, por meio do cuidado paterno e materno (alimentação, limpeza), a uma organização “territorializada”, ou fixa e localizada, do corpo, dividido em zonas erógenas e não-erógenas. A aplicação social que Guattari faz do conceito lacaniano é mais desenvolvida no *Anti-Édipo*, no qual os conceitos de “desterritorialização” e “reterritorialização” aparecem em combinação com os de “decodificação” e “recodificação”, o primeiro par mais geralmente identificado com os corpos e os investimentos físicos de energia, e o segundo pertencendo às representações simbólicas e aos investimentos mentais de energia.

Holland (1991) esclarece melhor essa questão, ao enfatizar a utilização, em um registro duplo, do conceito de “territorialização”, que tem seu uso estendido do campo libidinal para o de investimento de energia humana de qualquer tipo. Para Deleuze e Guattari, em contraste com Lacan, o uso de “desterritorialização” no registro psicológico, designa a libertação da libido “esquizofrênica” de objetos pré-estabelecidos de investimento: do seio da Mãe, por exemplo, ou do triângulo familiar do complexo de Édipo. Ao mesmo tempo, mas no registro social, ele designa a libertação da força de trabalho da gleba senhorial, da linha de montagem ou de outros meios de produção. Deleuze e Guattari reescrevem, assim, em termos de territorialização, o processo que Marx chamou de “acumulação primitiva”: com a emergência do capitalismo na Inglaterra (quando as Leis de Cercamento das Terras Comuns privatizaram a terra de uso comum, destinando-a à pastagem dos rebanhos), os camponeses são desterritorializados da terra apenas para serem reterritorializados nos teares da nascente indústria de tecidos.

Como explica Holland, embora o capitalismo não seja o único modo sócio-libidinal de produção, implicado num processo de desterritorialização (ver, por exemplo, o despotismo), ele o faz não por sobredecodificação, “mas por meio de uma completa decodificação da representação: ao substituir um cálculo de qualidades abstratas por códigos ou sobre-códigos que definiam qualidades concretas sob os regimes da selvageria e do despotismo” (Holland, 1991). Holland também mostra como, em *Mil platôs*, os termos “territorialização” e

“desterritorialização” são estendidos, uma vez mais, para além da psicanálise e da história, “para caracterizar tudo, desde a sedimentação geológica, passando por aquilo que costumava ser chamado de ‘simbiose’ entre as espécies, até à constituição de cadeias protéicas no interior do código genético”. A antiga equação “desterritorialização = bom” e “re-territorialização = ruim”, feita em *Anti-Édipo*, desaparece, assim como desaparecem os últimos traços de antropocentrismo. A territorialização e a desterritorialização “são, assim, consideradas imanentes aos próprios e diferentes processos semióticos” (Idem). Conseqüentemente, a “esquizofrenia”, um termo tomado de empréstimo a Lacan e que servira em *Anti-Édipo* como uma forma espontânea de desejo, um desejo libertado da codificação social e constituindo, assim, uma espécie de revolução-modelo, desaparece de *Mil platôs*. Mas voltaremos a isso mais adiante.

É em *Mil platôs* que Deleuze e Guattari voltam-se para aquilo que os biólogos chamam de “território”, minimamente definido como “qualquer área defendida” (segundo Noble), e fazendo referência a um “modo de organização social pelo qual os machos mais fortes (em geral) asseguram companheiras e habitats desejáveis, estabelecendo, por meio de várias ações comunicativas agressivas, com co-específicos, um equilíbrio da densidade populacional ao longo de uma dada área” (Bogue, 1997, p. 467). Como Bogue demonstra, Deleuze e Guattari seguem, aqui, o trabalho pioneiro do etologista von Wuecküll sobre a natureza concebida como música, empregando, especialmente, sua noção de *milieu*, bem como a filosofia da biologia desenvolvida por Raymond Ruyer, que argumenta que um território, no sentido biológico do termo, é criado por meio de processos gerais de *desterritorialização* (pelos quais os componentes do *milieu* são separados e recebem uma maior autonomia) e de *reterritorialização* (pelos quais esses componentes adquirem novas funções no interior do território recém-criado) (Idem, p. 475).

Capitalismo, filosofia e Estado

A relação entre o capitalismo e o estado é relativamente direta. No capitalismo, apenas o mercado é universal e o Estado constitui instâncias particulares: “o capitalismo funciona como uma axiomática de fluxos decodificados (fluxo de dinheiro, de trabalho, de produtos...)” e os Estados nacionais “constituem os ‘modelos de realização’ dessa axiomática”, que pode tomar diferentes formas (democrática, ditatorial, totalitária), mas cujos modelos não são “menos isomorfos em relação ao mercado mundial, enquanto este não apenas supõe mas produz desigualdades de desenvolvimento determinantes” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 138).

Brian Massumi, na sua introdução à edição em língua inglesa de *Mil platôs*, desenvolve a relação entre a filosofia e o Estado, tendo como referência uma seqüência de citações do discurso deleuzo-guattariano: os anais da filosofia

oficial estão cheios de “burocratas da razão pura” que falam sob “a sombra do déspota” e mantêm uma relação histórica de cumplicidade com o Estado. Eles inventam “um estado absoluto (...) propriamente espiritual que (...) efetivamente funciona na mente”. O discurso deles é um discurso de julgamento soberano, de uma subjetividade estável legislada pelo “bom” senso, da identidade pétreia, da verdade (do homem branco) e da justiça “universal”. “Assim, o exercício de seu pensamento está em conformidade com os objetivos do Estado real, com as significações dominantes, e com as exigências da ordem estabelecida” (Massumi, 1987, p. ix).

Como diz Massumi, “filosofia de Estado” é outro nome para o pensamento representacional que tem caracterizado a metafísica ocidental desde Platão – a fundação racional da ordem baseada na identidade, na verdade, na justiça e na negação.

Ao aplicar o pensamento territorial ao vínculo entre a filosofia e o capitalismo, Deleuze e Guattari afirmam:

Mas, para o bem da filosofia moderna, esta não é mais amiga do capitalismo do que a filosofia antiga era da cidade. A filosofia leva ao absoluto a desterritorialização relativa do capital, ela o faz passar sobre o plano de imanência como movimento do infinito e o suprime enquanto limite inferior, voltando-o contra si, para chamá-lo a uma nova terra, a um novo povo. Mas assim ela atinge a forma não proposicional do conceito em que se aniquilam a comunicação, a troca, o consenso e a opinião. (...) Com efeito, é a utopia que faz a junção da filosofia com sua época, capitalismo europeu, mas já também cidade grega. (...) A palavra utopia designa portanto esta conjunção da filosofia ou do conceito com o meio presente: filosofia política (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 129-131, grifo no original).

Deleuze e Guattari sustentam que “o conceito libera a imanência de todos os limites que o capital lhe impunha” (Idem, p. 131). A “filosofia se reterritorializa sobre o conceito” (Ibidem), o qual tem um território e, portanto, também uma forma passada, presente e futura. “A filosofia moderna se reterritorializa sobre a Grécia como forma de seu próprio passado” (Ibidem, p. 131-132). Em sua forma atual, ela é reterritorializada sobre o Estado democrático moderno e sobre os direitos humanos. Entretanto, “os direitos do homem não nos farão abençoar o capitalismo” (Ibidem, p. 139). Deleuze e Guattari sugerem, assim, a forma futura da filosofia:

Se a filosofia se reterritorializa sobre o conceito, ela não encontra sua condição na forma presente do Estado democrático, ou num cogito de comunicação mais duvidoso ainda que o cogito da reflexão. Não nos falta comunicação, ao contrário, nós temos comunicação demais, falta-nos criação. Falta-nos resistência ao presente. A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um novo povo que não existe ainda. A europeização

não constitui um devir, constitui somente a história do capitalismo que impede o devir dos povos sujeitados (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 140, grifo no original).

Voltemos ao conceito e à filosofia como criação de conceito. Deleuze e Guattari não estão interessados no conceito a fim de determinar o que algo é (sua essência). Em vez disso, eles estão interessados no conceito como um veículo para expressar um evento, o que lhes permite introduzir novos métodos na filosofia. Como diz Deleuze:

Criar novos conceitos que tenham uma necessidade, sempre foi essa a tarefa da filosofia. É que, por outro lado, os conceitos não são generalidades à moda da época. Ao contrário, são singularidades que reagem sobre os fluxos de pensamento ordinários: pode-se muito bem pensar sem conceitos, mas desde que haja conceito há verdadeiramente filosofia. Nada a ver com uma ideologia. Um conceito é cheio de uma força crítica, política e de liberdade (Deleuze, 1992, p. 45-46).

A forma futura da filosofia, concebida tanto como uma resistência ao presente quanto como um diagnóstico de nossos devires atuais (devir-revolucionário, devir-democrático), enfatizará o papel do filósofo como médico, como o médico da cultura, “inventor de novos modos de existência imanentes” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 145).

Referências Bibliográficas

- BOGUE, Ronald. Art and territory. In: *The south atlantic quarterly*, 96, 3, 1997, p. 465-482.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. Tradução de Peter Pál Pelbart.
- _____. *Crítica e clínica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. Tradução de Peter Pál Pelbart.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1966. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997a.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997b.
- _____. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997c.
- HOLLAND, Eugene, W. Deterritorializing ‘deterritorialization’: from the *Anti-Oedipus* to *A thousand plateaus*. In: *SubStance*, 66, 1991, p. 55-65.
- _____. A schizoanalytic reading of Baudelaire: the modernist as postmodernist. In: *Postmodern culture*, v. 4, n.º 1, 1993.

- _____. From schizophrenia to social control. In: KAUFMAN, Eleanor (Ed.). *Deleuze and Guattari: new mappings in politics, philosophy, and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, p. 65-73.
- MASSUMI, Brian. Translator's foreword: pleasures of philosophy. In: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1987, p. ix-xv.
- PETERS, Michael A. *Poststructuralism, marxism and neoliberalism: between theory and politics*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2001.
- _____. *Knowledge cultures: education in the age of knowledge capitalism*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.
- _____. Education policy in the age of knowledge capitalism, world comparative education forum conference, economic globalization and education reforms, Universidade Normal de Pequim, 14-16 October 2002. A ser publicado em *Policy futures in education* 1:2, 2003.

Tradução de Tomaz Tadeu, do original em inglês (com agradecimentos a prof.^a Sandra Mara Corazza pela ajuda na revisão).

Michael A. Peters é professor da área de educação na Universidade Glasgow, Escócia. Seus principais interesses estão na filosofia da educação e nos estudos de política educacional. Seu livro mais recente é *Poststructuralism, marxism and neoliberalism: between politics and theory*.